



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, por meio do Requerimento nº 3802/08, solicita providências quanto a **desapensações** de proposições que tramitam em conjunto com o **Projeto de Resolução n.º 63, de 2000**, da Comissão Especial, que “aprova a reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados” e posteriores **apensações**.

O ilustre Presidente fundamenta o pedido nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, na forma de Requerimento da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, atendendo solicitação do Relator da matéria, Deputado Colbert Martins, que suscita as considerações a seguir:

- 1- O Projeto em questão, como a ementa indica, propõe a reforma integral do texto regimental, dando nova estrutura, criando nova norma interna;



- 2- Alega que, no decorrer dos últimos anos, foram apensados outros 328 (trezentos e vinte e oito) Projetos de Resolução. No entanto, até a presente data, após desapensações e novas apensações, tramita com 343 (trezentos e quarenta e três) apensados;
- 3- Menciona que o Projeto em epígrafe ainda permanece ativo por força do acaso, decorrente de desarquivamentos de proposições apensadas;
- 4- Esclarece que dentre os projetos que tramitam apensados, apenas três se subsumem à função de reestruturação total do Regimento;
- 5- Pondera que, excetuadas as três proposições suscitadas, todas as demais não têm o mesmo caráter abrangente de “reformular” o texto regimental, apresentando apenas alterações isoladas e pontuais;
- 6- Aduz o Relator que as apensações, ao longo dos anos, destarte, se deram automaticamente quando da distribuição inicial dos projetos. Enfatiza que tal fato tornou o processo lento, ou “esquecido, em meio ao cipoal de apensados, permanecendo em tramitação quando já poderiam estar arquivados”. Diante do exposto, apresentou a presente



solicitação, antes da elaboração do parecer sobre a matéria, para adoção de providências saneadoras.

É o Relatório.

Passo a decidir.

Preliminarmente, cabe destacar que o instituto da desapensação de proposições não está definido explicitamente nas disposições regimentais da Câmara dos Deputados. Diante da lacuna regimental aplica-se, *concessa venia*, por analogia, a regra atinente à apensação, significando que sendo possível a apensação de proposição, também é possível proceder-se com a desapensação, desde que se respeite a aplicabilidade das mesmas regras.

A tramitação em conjunto de proposições revela-se importante instrumento no processo legislativo. Todavia, por vezes pode ocasionar situações complexas, necessitando constantes reavaliações em vista dos resultados de seus propósitos.

In casu, as apensações ao Projeto de Resolução n. 63, de 2000, efetuadas ao longo do tempo, obedeceram ao dispositivo regimental previsto no art. 142. No entanto, segundo o Relator, constatou-se que as apensações tornaram-se entrave à apreciação da matéria, tornando inviável a elaboração de parecer.

Ademais, no requerimento supra, erige-se a tese de que o PRC n. 63/2000, não tem sido apreciado pela Casa em razão do elevado número de



proposições que a ele foram apensadas. É fato, o bloco contém um número superior a 300 proposições.

O já citado art. 142 do Regimento Interno prevê a possibilidade de tramitação conjunta daquelas matérias idênticas ou correlatas. Todavia, *este dispositivo regimental deve ser interpretado à luz de um princípio maior, que é o do “devido processo legislativo”*. Assim, um procedimento, como é o caso da apensação, mesmo a título de racionalização e economicidade, não pode se transfigurar em óbice ao andamento do processo.

Há que se reconhecer que podem conviver lado a lado, no âmbito da dinâmica processual legislativa, proposições que visem a alterar substancialmente diploma que contenha vários enunciados normativos, assim como proposições que intentem apenas modificações parciais e pontuais.

O Regimento Interno é um diploma que se enquadra na definição anterior. Assim, alterações substanciais e parciais não necessariamente devem estar contidas em um único bloco em tramitação. Buscam-se alterações parciais para solução de problemas relativos a uma matéria do processo legislativo. Alteração do Regimento Interno é aquela que muda a própria concepção do diploma normativo, materializando idéias que irão mudar toda a dinâmica processual legislativa.

Nessa linha, mesmo respaldado por disposição regimental, mostrou-se contraproducente o elevado número de apensações ao projeto



em tela, inviabilizando a discussão e votação de alterações do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Observa-se que a matéria se encontra pendente de parecer na Comissão há anos. Para alterar esse estado de inércia, o Relator interpôs requerimento apontando sugestões e solicitando medidas saneadoras.

De tudo fica claro que assiste razão ao ilustre Relator da matéria. Nesse diapasão, para racionalizar os procedimentos, melhor é proceder ao fatiamento do bloco em questão, ainda mais que a proposta do Relator tem o respaldo da CCJC, Órgão competente para examinar a matéria.

Assim, esta Presidência tendo em vista que o PRC. nº 63/2000, encontrando-se pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, *a fortiori*, **defere em parte** os pedidos do Relator para **determinar:**

I) A **desapensação**, nos termos do art. 142 do RICD, de todas as proposições apensadas ao Projeto de Resolução n.º 63/2000, bem como de seus apensados, exceto os Projetos de Resolução nºs 2/1995, 14/1995 e 23/1995, que passam a integrar o primeiro bloco, conjuntamente com o PRC n. 63/2000;

II) A **prejudicialidade**, nos termos do artigo 164, inciso II, do RICD, das seguintes proposições:

a) **em face da aprovação da Resolução nº 28, de 2002 ;**



PRC. n. 146, de 1993, de autoria da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que “Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 14 e o artigo 19 de Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, apresentado em 18.02.93;

PRC. n. 193, de 1998, de autoria do Senhor Deputado Robson Tuma, que “Modifica e acrescenta dispositivos relativos aos Suplentes de Secretários”, apresentado em 14.10.1998;

PRC. n. 140, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Pedro Valadares, que “Altera os arts. 14 e 19 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, estabelecendo a efetiva substituição dos Secretários da Mesa Diretora pelos Suplentes”, apresentado em 23.03.2001;

PRC. n. 145, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Pedro Valadares, que “Altera o texto do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17 de 1989, acrescentando-lhe o art. 19-A, que enumera atribuições para a Suplência da Mesa”, apresentado em 10/04/2001;

b) em face da aprovação da Resolução nº 58, de 1994:

PRC. n. 162, de 1993, de autoria do Senhor Deputado Jackson Pereira, que “Altera o artigo 52 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, apresentado em 28/04/1993;

c) em face da aprovação das Resoluções nº 20, de 2004 e 30, de 2005:



PRC. n. 109, de 1996, de autoria do Senhor Deputado Paulo Paim, que “Altera o art. 32 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, criando a Comissão Permanente para Assuntos de Discriminação e Preconceitos”, apresentado em 04/12/1996;

PRC. n. 155, de 1997, de autoria do Senhor Deputado Roberto Rocha, que “Dispõe sobre alteração no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.”, apresentado em 24/09/1997;

PRC. n. 13, de 1999, de autoria do Senhor Deputado Nelson Marchezan, que “Acrescenta inciso ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, criando a Comissão de Saúde”, apresentado em 14/04/1999;

PRC. n. 42, de 1999, de autoria do Senhor Deputado Avenzoar Arruda, que “Acrescenta inciso ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17 de 1989”, apresentado em 30/09/1999;

PRC. n. 48, de 1999, de autoria do Senhor Deputado Pedro Fernandes, que “Acrescenta inciso ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, a fim de criar a Comissão Permanente de Assuntos do Sistema Financeiro Nacional - CSFN”, apresentado em 14/10/1999;

PRC. n. 76, de 2000, de autoria da Senhora Deputada Alcione Athayde, que “Acrescenta o inciso XVII ao art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº



17, de 1989, instituindo a Comissão da Juventude”, apresentado em 29/03/2000;

PRC. n. 78, de 2000, de autoria do Senhor Deputado Zezé Perrella, que “Cria Comissão Permanente de Esporte e Turismo”, apresentado em 06/04/2000;

PRC. n. 94, de 2000, de autoria do Senhor Deputado Neuton Lima, que “Altera os arts. 26 e 32 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, criando a Comissão de Acompanhamento de Assuntos de Interesse Institucional, e dá outras providências”, apresentado em 07/06/2000;

PRC. n. 105, de 2000, de autoria da CESP – Aplicação do Código de Trânsito, que “Institui, no âmbito das Comissões Permanentes, a Comissão do Trânsito”, apresentado em 09/08/2000;

PRC. n. 114, de 2000, de autoria do Senhor Deputado Clementino Coelho, que “Altera a redação do inciso V do art. 32 do Regimento Interno da Casa”, apresentado em 30/11/2000;

PRC. n. 133, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Pompeo de Mattos Coelho, que “Acrescenta inciso XVII, ao art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo a Comissão Permanente de Prevenção e Combate ao Narcotráfico”, apresentado em 14/03/2001;

PRC. n. 138, de 2001, de autoria do Senhor Líder do PFL, que “Dispõe sobre a acumulação de titularidade da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle”, apresentado em 20/03/2001;



PRC. n. 157, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Luiz Bittencourt., que "Altera o art. 32 do Regimento Interno para criar a Comissão da Família, da Criança, do Idoso e das Minorias", apresentado em 16/05/2001;

PRC. n. 163, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, que " Inclui alínea no art. 32, inciso XII, da Resolução nº 17, de 1989, Regimento Interno da Câmara dos Deputados", apresentado em 23/05/2001;

PRC. n. 168, de 2001, de autoria da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que "Modifica o inciso VI do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, incluindo "Serviços" na denominação da Comissão de Economia, Indústria e Comércio", apresentado em 21/06/2001;

PRC. n. 171, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Oliveira Filho, que "Cria a Comissão do Idoso", apresentado em 07/08/2001;

PRC. n. 182, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto, que "Acrescenta o inciso XVII ao art. 32 da Resolução nº 17, de 1989 - Regimento Interno da Câmara dos Deputados, criando, no âmbito da Câmara dos Deputados, a Comissão Permanente de Relações Étnicas, de Gênero e de Orientação Sexual", apresentado em 22/08/2001;

PRC. n. 184, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Avenzoar Arruda, que "Altera o art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, baixado pela resolução nº 17, de 1989, a fim de



desmembrar a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em Comissão de Trabalho e Comissão de Administração e Serviço Público”, apresentado em 22/08/2001;

PRC. n. 187, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Jaques Wagner, que “Cria, no âmbito da Câmara dos Deputados, a Comissão para Promoção da Igualdade Racial”, apresentado em 04/09/2001;

PRC. n. 191, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Cabo Júlio, que “ Altera o art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução 17, de 1989, para desmembrar a Comissão de Relações Exteriores, e de Defesa Nacional em Comissão de Relações Exteriores, e Comissão de Defesa Nacional”, apresentado em 18/09/2001;

PRC. n. 208, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Jaime Martins, que “Dá nova redação aos incisos IV e XVI do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que passam a tratar da Comissão de Defesa do Consumidor, do Contribuinte e do Cidadão e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, respectivamente, e insere um novo inciso, XVIII, que cria a Comissão do Meio Ambiente”, apresentado em 08/11/2001;

PRC. n. 38, de 2003, de autoria do Senhor Deputado Marcelo Teixeira, que “Altera o inciso VII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, modificando a denominação e as competências da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e



acrescenta inciso criando a Comissão de Esporte”, apresentado em 15/04/2003;

PRC. n. 50, de 2003, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Campos, que “Altera a redação das alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do inciso XVI do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, apresentado em 26/06/2003;

PRC. n. 62, de 2003, de autoria do Senhor Deputado Carlos Sampaio, que “Acrescenta inciso ao art. 32 do Regimento Interno, instituindo a Comissão da Juventude, de caráter permanente, na estrutura da Câmara dos Deputados”, apresentado em 12/08/2003;

PRC. n. 94, de 2003, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar operações no setor de combustíveis, relacionadas com a sonegação dos tributos, máfia, adulteração e suposta indústria de liminares, que “Estabelece a competência da Comissão de Minas e Energia sobre os assuntos referentes a combustíveis”, apresentado em 14/11/2003;

d) em face da aprovação da Resolução nº 25, de 2001;

PRC. n. 164, de 1997, de autoria do Senhor Deputado Roberto Jefferson, que “Acresce § 4º ao art. 240 e parágrafo único ao art. 247, ambos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989”, apresentado em 19/11/1997;



PRC. n. 7, de 1999, de autoria do Senhor Deputado Milton Temer, que “Acrescenta inciso ao art. 246 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, apresentado em 16/03/1999;

e) em face da aprovação da Resolução nº 45, de 2006:

PRC. n. 152, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Feu Rosa, que “Altera os artigos 7º e 184 e suprime o art. 188 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, apresentado em 03/05/2001;

PRC. n. 8, de 2003, de autoria do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, que “Modifica os arts. 7º e 188 do Regimento Interno, estabelecendo a obrigatoriedade de votação pelo sistema eletrônico para escolha dos membros da Mesa Diretora”, apresentado em 20/02/2003 14:24:47;

PRC. n. 179, de 2004, de autoria do Senhor Deputado José Carlos Araújo, que “Modifica os arts. 7º, 187, 188, 217 e 218 do Regimento Interno, estabelecendo a obrigatoriedade de votação pelo sistema eletrônico para escolha dos membros da Mesa Diretora e demais votações secretas no âmbito da Câmara, nos termos que especifica”, apresentado em 24/11/2004 11:45:46;

PRC. n. 191, de 2005, de autoria do Senhor Deputado Robson Tuma, que “Altera a redação dos incisos III e IV do art. 7º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, apresentado em 16/02/2005 17:48:47;

PRC. n. 291, de 2006, de autoria do Senhor Deputado Robson Tuma, que “Altera a redação do art. 188 do Regimento Interno da



Câmara dos Deputados, para que as votações de processos disciplinares tendentes à perda do mandato de Deputado Federal sejam feitas pelo processo eletrônico”, apresentado em 15/03/2006 18:14:36;

f) em face da aprovação da Resolução nº 34, de 2005;

PRC. n. 22, de 1999, de autoria do Senhor Deputado Márcio Bittar, que “Altera os arts. 8º, caput, 23, 25, caput, 26, caput e § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, dispondo sobre composição dos órgãos da Casa em virtude de alteração de bancada partidária”, apresentado em 25/05/1999;

PRC. n. 56, de 2003, de autoria do Senhor Deputado Rogério Silva, que “Altera os arts. 8º, 12, 26 e 232 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados dispondo sobre os efeitos da mudança de partido na composição e direção dos órgãos da Casa”, apresentado em 23/07/2003;

g) em face da aprovação da Resolução nº 19, de 2001;

PRC. n. 107, de 1996, de autoria do Senhora Deputada Marilu Guimarães, que “Institui a Ouvidoria-Geral da Câmara dos Deputados”, apresentado em 26/11/1996;

PRC. n. 118, de 1997, de autoria do Senhor Deputado Paulo Paim, que “Institui a Ouvidoria Permanente da Câmara dos Deputados para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações”, apresentado em 23/01/1997;



h) em face da promulgação da Emenda Constitucional nº 35, de 2001:

PRC. n. 162, de 1997, de autoria do Senhor Deputado aécio Neves, que “Dispõe sobre o prazo para apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e no Plenário da solicitação do Presidente do Supremo Tribunal Federal para instaurar processo criminal contra Deputado Federal”, apresentado em 04/11/1997;

PRC. n. 179, de 1998, de autoria do Senhor Deputado Jaques Wagner, que “Acrescenta artigo ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para autorizar a Mesa da Câmara dos Deputados a licenciar Deputado Federal para fins de processo criminal.”, apresentado em 07/04/1998;

PRC. n. 158, de 2001, de autoria do Senhor Deputado Remi Trinta, que “Altera o art. 251 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.”, apresentado em 21/05/2001;

III) A **apensação**, nos termos do art. 142 do RICD, das Proposições subdivididas por temas pontuais, respeitando os respectivos despachos proferidos, e a proposta de alteração do dispositivo legal ou a regulação de mesmo assunto, aplicando o critério de análise pontual, com a formação dos seguintes blocos:



01 – ASSUNTO: Propostas de Reforma Geral

Principal: PRC 63/2000 (Comissão Especial da Reforma do RICD)

Apensados: PRCs 2/1995, 14/1995 e 23/1995

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

02 – ASSUNTO: Eleição da Mesa Diretora

Principal: PRC 30/1995

Apensados: PRCs 111/1996, 64/2000, 118/2000, 213/2005,
265/2005, 266/2005 e 37/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

03 – ASSUNTO: Líderes e Vice-Líderes, suas prerrogativas

Principal: PRC 30/1991

Apensados: PRCs 138/1992, 8/1995, 19/1995, 28/1995,
32/1995, 122/1997, 40/1999, 110/2000,
25/2003, 305/2006, 19/2007, 25/2007,
46/2007 e 97/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

04 – ASSUNTO: Cotas de participação feminina em cargos da Mesa Diretora

Principal: PRC 130/2001

Apensados: PRCs 16/2003 e 21/2003

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade



05 – ASSUNTO: Bloco Parlamentar

Principal: PRC 3/2007

Apensados: PRCs 9/2007 e 147/2009

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

06 – ASSUNTO: Modalidade de licença para Deputado e convocação de suplente

Principal: PRC 94/1996

Apensado: PRC 107/2003

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

07 – ASSUNTO: Campanha para eleição da Mesa Diretora

Principal: PRC 192/2005

Apensados: PRCs 194/2005, 195/2005 e 267/2005

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

08 – ASSUNTO: Perda de mandato, ética e decoro parlamentar

Principal: PRC 137/2004

Apensados: PRCs 228/2005, 230/2005, 256/2005, 283/2006,
289/2006, 319/2006, 21/2007, 67/2007,
70/2007, 74/2007, 93/2007, 95/2007 e
116/2008

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

09 – ASSUNTO: Aumento de verba de gabinete parlamentar

Principal: PRC 217/2005



Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

10 – ASSUNTO: Licença maternidade e paternidade para Parlamentar adotante

Principal: PRC 304/2006

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

11 – ASSUNTO: Apartamento funcional para Deputado

Principal: PRC 25/1999

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

12 – ASSUNTO: Processo de escolha de Parlamentar que atuam junto à Assembléia da ONU ou outros organismos

Principal: PRC 228/1994

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

13 – ASSUNTO: Suspensão de prazos recursais Deputado licenciado

Principal: PRC 302/2006

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

14 – ASSUNTO: Suplentes de Deputado

Principal: PRC 131/2004



Apensados: PRCs 284/2006 e 34/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

15 – ASSUNTO: Ex-Deputado acesso ao SIAFI

Principal: PRC 82/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

16 – ASSUNTO: Vedação de apoio do Presidente – candidatura

Principal: PRC 320/2006

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

17 – ASSUNTO: Retirada de proposição

Principal: PRC 211/2001

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

18 – ASSUNTO: Procuradoria Parlamentar

Principal: PRC 178/1998

Apensado: PRC 61/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

19 – ASSUNTO: Corregedoria Parlamentar

Principal: PRC 138/2004

Apensados: PRCs 174/2004, 263/2005 e 149/2009



Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

20 – ASSUNTO: Criação de Bancadas Regionais

Principal: PRC 130/2004
Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

21 – ASSUNTO: Base de cálculo – proporcionalidade partidária

Principal: PRC 45/2007
Apensado: PRC 59/2007
Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

22 – ASSUNTO: Mudança partidária – perda de cargos

Principal: PRC 64/2003
Apensados: PRCs 246/2005 e 118/2008
Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

23 – ASSUNTO: Funcionamento da Câmara dos Deputados – Sessões deliberativas e de debates

Principal: PRC 145/1993
Apensados: PRCs 13/1995, 24/1995, 42/1995, 44/1995, 73/1996,
79/1996, 140/1997, 174/1998, 185/1998,
4/1999, 6/1999, 11/1999, 18/1999, 21/1999,
26/1999, 46/1999, 83/2000, 109/2000,
134/2001, 159/2001, 164/2001, 165/2001,
197/2001, 226/2002, 237/2002, 31/2003,
37/2003, 43/2003, 48/2003, 59/2003,



111/2003, 112/2003, 132/2004, 141/2004,
143/2004, 268/2005, 288/2006, 290/2006,
11/2007, 28/2007, 35/2007, 57/2007, 96/2007
e 143/2008

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

24 – ASSUNTO: Sessões solenes

Principal: PRC 55/1995

Apensados: PRCs 156/1997, 166/2001, 251/2002, 113/2003,
134/2004, 177/2004, 240/2005, 243/2005,
244/2005, 44/2007, 53/2007, 77/2007 e
138/2008

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

25 – ASSUNTO: Sessões – pauta, organização e divulgação

Principal: PRC 29/1995

Apensados: PRCs 95/2000 e 215/2005

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

26 – ASSUNTO: Modalidades e processo de votação

Principal: PRC 231/1990

Apensados: PRCs 10/1995, 16/1995, 34/1995, 72/1996, 93/1996,
194/1998, 24/1999, 29/1999, 33/1999,
137/2001, 142/2001, 148/2001, 150/2001,
153/2001, 160/2001, 161/2001, 162/2001,
169/2001, 179/2001, 195/2001, 236/2002,
146/2004, 190/2005, 252/2005, 296/2006,
316/2006, 17/2007 e 51/2007



Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

27 – ASSUNTO: Ordenamento da votação

Principal: PRC 109/1992
Apensados: PRCs 73/2003, 65/2007 e 83/2007
Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

28 – ASSUNTO: Regime de urgência

Principal: PRC 75/1991
Apensados: PRCs 87/1991 e 212/2001
Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

29 – ASSUNTO: Tramitação de Medida Provisória

Principal: PRC 22/2007
Apensado: PRC 100/2007
Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

**30 – ASSUNTO: Encaminhamento de Requerimento para
Convocação de Ministro de Estado**

Principal: PRC. 61/1991
Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade



31 – ASSUNTO: Tramitação de PECs

Principal: PRC 18/1995

Apensados: PRCs 76/1996, 39/2003 e 90/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

32 – ASSUNTO: Apensação e desapensação

Principal: PRC 315/2006

Apensado: PRCs 125/2008 e 129/2008

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

33 – ASSUNTO: Tramitação de Projeto de Iniciativa Popular

Principal: PRC 2/1999

Apensado: PRC 24/2003

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

34 – ASSUNTO: Arquivamento, desarquivamento de proposição

Principal: PRC 190/2001

Apensados: PRCs 70/2003, 100/2003, 176/2004, 229/2005,
295/2006, 5/2007 e 84/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

35 – ASSUNTO: Arquivamento de proposição do Poder Executivo havendo Projeto idêntico precedente tramitando na Câmara dos Deputados

Principal: PRC 123/2008



Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

36 – ASSUNTO: Destaques – proporcionalidade

Principal: PRC 117/2008

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

37 – ASSUNTO: Proposta de Fiscalização e Controle

Principal: PRC 196/2005

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

38 – ASSUNTO: Efeito suspensivo para recursos em Questão de Ordem

Principal: PRC 108/2003

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

39 – ASSUNTO: Trabalho e funcionamento de Comissões

Principal: PRC 80/1991

Apensados: PRCs 90/1996, 112/1996, 23/1999, 41/1999,
44/1999, 57/1999, 192/2001, 223/2002,
245/2002, 246/2002, 252/2002, 18/2003,
67/2003, 156/2004, 158/2004, 166/2004,
231/2005, 235/2005, 262/2005, 311/2006,
314/2006, 4/2007, 14/2007, 23/2007,
56/2007, 63/2007, 71/2007, 92/2007,
109/2007, 110/2008, 112/2008, 113/2008,
e 119/2008



Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

40 – ASSUNTO: Eleição, reeleição e mandato para Presidentes de Comissões

Principal: PRC 202/2001

Apensados: PRCs 229/2002, 232/2002, 17/2003, 55/2003,
69/2003, 106/2003, 153/2004 e 115/2008

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

41 – ASSUNTO: Criações e atribuições de Comissões

Principal: PRC 142/2004

Apensados: PRCs 170/2004, 31/2007, 33/2007, 40/2007,
41/2007, 78/2007 e 106/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

42 – ASSUNTO: Comissões Externas e viagens oficiais

Principal: PRC 62/1991

Apensados: PRCs 20/1995, 154/2001, 226/2005, 15/2007 e
172/2004

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

43 – ASSUNTO: Realização de sessão anual da Comissão de Educação com instituições de ensino superior

Principal: PRC 239/2002

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário



Regime de tramitação: Prioridade

44 – ASSUNTO: Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI

Principal: PRC 102/1992

Apensados: PRCs 216/1994, 74/2000, 100/2000, 112/2000, 175/2001, 199/2001, 204/2001, 86/2003, 98/2003, 99/2003, 242/2005, 247/2005, 323/2006, 325/2006, 32/2007, 38/2007 e 102/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

45 – ASSUNTO: Comissão Geral

Principal: PRC 15/1995

Apensados: PRCs 135/1997 e 148/2004

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

46 – ASSUNTO: Apreciação conclusiva – Comissões

Principal: PRC 19/1999

Apensados: PRCs 151/2004, 20/2007 e 42/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

47 – ASSUNTO: Nepotismo

Principal: PRC 73/2000

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

48 – ASSUNTO: Regra geral do princípio de economia processual



Principal: PRC 77/2003

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

49 – ASSUNTO: Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica

Principal: PRC 226/1994

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

50 – ASSUNTO: Comissão Especial de Documentos Sigilosos

Principal: PRC 109/2003

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

51 – ASSUNTO: Sistema de registro e divulgação de trabalho parlamentar

Principal: PRC 91/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

52 – ASSUNTO: Estágios universitários na Câmara

Principal: PRC 16/1999

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

53 – ASSUNTO: Polícia Legislativa

Principal: PRC 309/2006



Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

54 – ASSUNTO: Acesso de Assessores ao Plenário

Principal: PRC 238/2005

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

55 – ASSUNTO: Trajes de assessores e visitantes

Principal: PRC 89/2003

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

56 – ASSUNTO: Propaganda eleitoral na Câmara

Principal: PRC. 199/2005

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

57 – ASSUNTO: Regulamentação de lobby

Principal: PRC 87/2000

Apensados: PRCs 203/2001 e 103/2007

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Prioridade

58 – ASSUNTO: Retirada de assinaturas

Principal: PRC 170/2001

Apensado: PRCs 273/2005

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa
Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

59 – ASSUNTO: Propostas contendo ajustes formais

Principal: PRC 36/2003

Apensados: PRCs 233/2002, 180/2004, 298/2006, 303/2006,
330/2006, 141/2008 e 142/2008

Despacho: distribua-se à CCJC e à Mesa

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

Por último, **Indefere** o pedido de arquivamento das proposições cujos autores não tenham mais assento nesta Casa, porquanto estas foram regularmente desarquivadas.

Dê-se ciência ao Autor do Requerimento do teor da presente Decisão e, após, publique-se.

Em 08 / 04 / 09.


MICHEL TEMER
Presidente